

# A questão é o Irã nuclear

Lula tem 'influência bem modesta' na região, mas deve usar prestígio brasileiro para conter ambições iranianas

ELY KARMON

ESPECIAL PARA O ESTADO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar a Terra Santa desde que o imperador Dom Pedro II a visitou em 1876, um grande acontecimento, de fato, para Israel e para o Brasil.

Desde o início de 2009, parece que o Brasil e Lula, pessoalmente, estão engajados numa ofensiva diplomática no Oriente Médio, centrada na posição internacional do Irã. Após uma tentativa fracassada de visita em maio, em razão de problemas eleitorais, Mahmoud Ahmadinejad tornou-se em novembro o primeiro presidente do Irã a ser recebido no Brasil. A despeito de críticas americanas, e até mesmo internas, à leniente posição brasileira sobre o programa nuclear e à contestada eleição no Irã, Lula recebeu Ahmadinejad calorosamente.

Ante esse tremendo sucesso de penetração do Irã na América Latina, a diplomacia israelense finalmente redescobriu o continente. O chanceler Avigdor Lieberman visitou o Brasil em julho, seguido pelo presidente Shimon Peres em novembro – a primeira visita de um presidente israelense ao País em 40 anos. O presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, também esteve no Brasil em novembro.

Tudo indica, portanto, que Lula aproveitou essa oportunidade para envolver o Brasil no processo de paz e agir como mediador no conflito israelense-palestino e nas relações americano-iranianas. Mas a relação do presidente brasileiro com o Irã tem sido considerada conflitante com as políticas do Ocidente para isolar e impor sanções ao Irã por seu controvertido programa nuclear. O Brasil, em geral, tem apoiado o esforço atômico iraniano, e o presidente Lula considera que o Irã tem o direito de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos, desde que não viole leis internacionais.

Dias atrás, Abbas culpou o Irã por impedir a reconciliação entre sua facção, a Fatah, e o Hamas. O Irã não quer que o Hamas assine o documento de reconciliação proposto pelos egípcios, disse Abbas. Ele argumentou que palestinos deviam “se livrar da tutela iraniana”. Pode-se calcular, portanto, que Abbas mais uma vez pedirá a Lula que interceda no Irã para convencer iranianos a parar de interferir no conflito interno palestino.

Abbas ainda possivelmente tentará abrir caminho para um futuro apoio brasileiro à AP, caso a entidade decida apelar a uma declaração unilateral da soberania palestina diante do fracasso das negociações com Israel.

Quanto ao processo de paz, tanto

Abbas quanto líderes israelenses acreditam que o Brasil tem “uma influência diplomática bastante modesta”. Eles estão apostando principalmente na mediação dos EUA e já estão incomodados com a interferência de alguns atores como Egito, países europeus e outros bem-intencionados do mundo todo.

A liderança israelense insiste em seu diálogo com o presidente brasileiro numa posição mais assertiva sobre o projeto nuclear iraniano, visto como uma ameaça existencial contra Israel. Isso ganha força adicional sobre o pano de fundo da decisão brasileira de não apoiar as sanções contra o Irã e a declaração recente de Lula: “Há outros interesses no Oriente Médio que precisamos ser representados... o Irã é parte disso tudo, e alguém precisa conversar com eles.”

Ao menos sobre a questão da negação do Holocausto e as ameaças de destruir Israel de Ahmadinejad, o presidente Lula disse palavras claras antes de sua partida para Israel: “O Irã não pode continuar falando que vai destruir Israel. Da mesma forma que disse a Ahmadinejad que é inconcebível negar o Holocausto. Ele existiu, está incrustado na mente da humanidade, e o fato de você ter divergência com Israel não precisa te levar a negar a História.” Parece que Ahmadinejad não ouviu Lula quando declarou, dois dias depois, que Israel “atingiu o fim de seu caminho” e não era mais “útil para seus amos (o Ocidente)”, que “reuniram as pessoas mais criminosas do mundo e lhes entregaram nossa região com mentiras”.

Assim é que, ironicamente, do lado político, a visita de Lula será ocupada, na maior parte do tempo, com a questão iraniana. Tomara que ele compreenda que a posição do Brasil é de extrema importância na arena global e seu presidente deveria se esforçar para ajudar a conter o programa nuclear do regime radical de Teerã – pelo bem da estabilidade de nossa região, do avanço do processo de paz, da reconciliação interna palestina e do próprio povo iraniano oprimido.

TRADUÇÃO CELSO M. PACIORNIK

\* PESQUISADOR-SÊNIOR DO INTERNATIONAL INSTITUTE FOR COUNTER-TERRORISM (ICT) DE HERZLYIA, ISRAEL

Pode a diplomacia brasileira ter um papel relevante para a paz no Oriente Médio? Especialistas israelense e palestino expõem suas visões



CARLINHOS MULLER/AE

# Um processo sem paz

Só incluir o Brasil no diálogo palestino-israelense será inócuo, deve-se mudar o paradigma de negociação

MOUIN RABBANI

ESPECIAL PARA O ESTADO

Se ainda fossem necessárias provas adicionais para demonstrar a completa falência da diplomacia americana no Oriente Médio, elas foram proporcionadas pela recente visita do vice-presidente dos EUA, Joe Biden, à região. Assim que o avião de Biden aterrissou em Tel-Aviv, seus anfitriões israelenses anunciaram planos para construir outras 1.600 casas nos territórios ocupados de Jerusalém Oriental. Diante dessa grave violação da Quarta Convenção de Genebra –equivalente, no direito internacional, a crime de guerra – Biden não fez mais do que comentar que tais iniciativas “prejudicam a confiança” no processo de paz.

Ele foi então a Ramallah insistir aos palestinos que retomem negociações sem condições, o que significa dizer que devem assumir seu lugar na mesa como se nada tivesse acontecido. A raiva americana que Tel-Aviv provocou diz respeito ao momento escolhido para o anúncio dos israelenses, não a seu conteúdo.

Na verdade, ficou claro há muitos anos que, na ausência de uma transformação fundamental nos paradigmas diplomáticos, as negociações são fúteis porque simplesmente não há o que ser negociado. Em vez de estabelecer os termos de uma retirada israelense até as fronteiras de 1967, serviram como aparência de diplomacia para acobertar a expansão sem precedentes dos assentamentos israelenses na Cisjordânia. Em vez de abrir caminho a um acordo com base em dois Estados, o processo de Oslo destruiu perspectivas de coexistência pacífica entre israelenses e palestinos por um período de no mínimo uma geração.

Concentrada no processo e não na paz, a negociação de Oslo serve como lição valiosa das catastróficas consequências de diálogos realizados sem nenhum objetivo além da retomada das ditas negociações.

É fundamental recordar que o conflito israelense-palestino não se dá entre dois Estados, como seria por exemplo no caso de uma disputa entre Brasil e Argentina.

Em vez disso, trata-se de um conflito colonial entre ocupante e ocupado. As negociações só fazem sentido se forem realizadas numa perspectiva de descolonização – em outras palavras, com a garantia da descolonização como resultado. Em vez disso, tivemos negociações sem condições, que estabeleceram a base para a perpetuação da ocupação.

Boa parte da responsabilidade por esse rumo recai sobre Washington. Não poderia ser diferente, pois Washington considera um dos envolvidos no conflito – Israel – um aliado estratégico e o outro – os palestinos – como um inimigo em liberdade condicional. As perspectivas de ver Washington agindo como mediador honesto eram nulas desde o início, e foram repetidamente confirmadas pelas últimas décadas do histórico diplomático americano.

Isso leva à pergunta: qual seria a contribuição de outros participantes, como Brasil, para alterar esse clima? É muito difícil que Washington seja convencido a abrir mão de seu monopólio sobre o processo. Mais importante: a simples inclusão de participantes mais razoáveis, como o Brasil, não produzirá um impacto, porque todo o paradigma diplomático precisa ser transformado.

Em vez disso, países realmente interessados na paz no Oriente Médio devem trabalhar juntos no sentido de reavivar a relevância do direito internacional. Isso exige pouquíssima inovação, pois tais perspectivas já existem nas resoluções relevantes da ONU – e elas são aceitas anualmente pela comunidade internacional, à exceção de Israel, EUA, e da superpotência Micronésia.

O restabelecimento da descolonização como paradigma para a paz no Oriente Médio de forma consistente com os princípios e resoluções da ONU, apesar de ser talvez a única opção remanescente para uma paz justa e durável na região, se mostrará uma tarefa difícil que precisará de algum tempo para ganhar força.

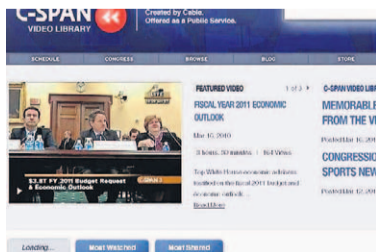
Alguns podem concluir que já é tarde demais, tendo em vista a diplomacia americana e o espaço proporcionado por ela para que Israel efetivamente destruísse o acordo de dois Estados por meio de suas ações concretas. Talvez isso seja verdade, mas não custa tentar.

Enquanto isso, a prioridade deve ser a realidade objetiva, e não frases ocas e processos vazios tão aperfeiçoados por Washington. Isso significa, em primeiro lugar, pôr fim à impunidade israelense nos territórios ocupados e revertê-la, preservando as perspectivas de paz que restam. A adoção do relatório Goldstone sobre a guerra na Faixa de Gaza seria um começo. / TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

\* ANALISTA INDEPENDENTE SITUADO NA JORDÂNIA, O AUTOR É EDITOR-COLABORADOR DO 'MIDDLE EAST REPORT'

## Websfera | O melhor da internet

Rodrigo Cavalheiro



### THE NEW YORK TIMES Uma espiadinha na história dos EUA

Fanáticos pela política americana ou difamadores em busca de uma imagem do homem mais poderoso do mundo têm a partir de hoje 23 anos de gravações para ocupar-se. O site www.c-spanvideo.org coloca na web vídeos dos cinco últimos governos dos EUA. Grátis.

### TECHNOLOGY REVIEW Uma vez PET, para sempre PET

Uma garrafa PET pode ser transformada em uma roupa, um tapete e milhares de outras coisas, exceto uma nova PET. Pelo menos não até agora. Os pesquisadores da IBM e de Stanford encontraram um modo de romper as moléculas quimicamente a 75°C e gerar garrafas iguais às originais. Hoje, a técnica mais usada para reciclar uma PET é lavá-la e moldá-la mecanicamente até que ganhe a forma de produtos de qualidade inferior, como uma sacola. Novos testes serão feitos em larga escala, para baratear o processo. Há chance até de se conseguir um plástico mais valioso que o original.

### HAARETZ Árabes-israelenses enfrentam preconceito

Entre os empregadores israelenses, 86% pensam que há árabes-israelenses capazes de preencher postos de gerência, mas 73% admitem que preferem não contratá-los. É o que mostra uma série de reportagens sobre a minoria árabe-israelense, que compõe 20% da população de Israel. As principais barreiras apontadas para os árabes são o pouco número de horas trabalhadas pelas mulheres e a escassa integração por causa das diferenças culturais com os judeus.

### CHRISTIAN SCIENCE Scanners de aeroporto, uma afronta ao Islã?

Primeiro, eles foram considerados indiscretos. Agora, passageiros muçulmanos dizem que atentam contra os ensinamentos do Islã. O alvo das reclamações são os scanners de aeroportos, capazes de mostrar o que o passageiro leva sob a roupa – seja uma arma, alguns quilos a mais ou atributos que a religião manda esconder. Quem não estiver disposto a ser despido eletronicamente pode usar uma esteira com detector de metais ou submeter-se à antiga revista íntima.

630 MIL É O NÚMERO DE VÍDEOS DE COMPUTADOR EM CIRCULAÇÃO

### NÚMEROS

**R\$ 33 mil**  
● É O VALOR de um iPad cravejado de diamantes produzido nos Estados Unidos

**R\$ 829**  
● CUSTA nos EUA o modelo mais barato (de 16 Gb), colocado em pré-venda na última sexta

**4.325**  
● VOTOS teve o iPad em uma eleição digital que o considerou 'o fiasco tecnológico de 2010'

### DER SPIEGEL Armas nucleares com novo prazo de validade

Há alguns dias, o governo da Alemanha pediu formalmente aos dos EUA que remove as armas nucleares estocadas em território alemão desde o início da Guerra Fria. A resposta não veio oficialmente, mas, ao que tudo indica, é pior que um “não”. O Departamento de Energia americano acaba de pedir ao Congresso um aporte de US\$ 2 bilhões (R\$ 3,5 bilhões) no orçamento. O destino do dinheiro é “modernizar” os velhos modelos de armamentos nucleares dos EUA – incluindo as 200 unidades que estão armazenadas em cinco países europeus, entre eles a Alemanha.